

A Biblioteca da Universidade: os principais desafios¹

José Augusto Cardoso Bernardes²

RESUMO

Confrontada com a necessidade de melhorar o seu funcionamento, a Biblioteca da Universidade vem centrando as suas energias na reconversão tecnológica. Sem questionar a importância desse desafio contínuo, defende-se a necessidade de o conjugar com as missões primordiais e ainda com alguns desafios que vêm surgindo nos tempos mais recentes. Estes últimos desafios revelam-se particularmente exigentes e resultam das mudanças que se vêm operando na própria Universidade, envolvendo comportamentos e valores.

PALAVRAS-CHAVE

A Biblioteca da Universidade de Coimbra: missão e novos desafios, papel dos bibliotecários.

ABSTRACT

Faced with the need to improve its performance, the Library of the University of Coimbra has been focusing its energies on technological reconversion. Without questioning the importance of this continuous challenge, this

1 O presente texto serviu de base à conferência proferida em Macau, no dia 13 de dezembro de 2017, no âmbito do Annual Meeting of the Guangdong-Hong Kong-Macau University Library Alliance and Forum on Inter-regional Library Alliance Best Practice and Future Development.

2 Diretor da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – augusto@ci.uc.pt.

paper defends the necessity of combining the technological updating with the primordial mission of the Library and with some new challenges that have arisen in recent times. The latter are particularly demanding and result from the changes that have been taking place at the University itself, involving behaviors and values.

KEYWORDS

The Library of the University of Coimbra: mission and new challenges, role of the librarians.

1. A parte principal da Universidade

Em Coimbra, aproveitamos todos os pretextos para celebrar as bibliotecas. Há pouco tempo (em 2013), assinalámos os 500 anos de existência contínua da Biblioteca Geral, inicialmente chamada *Livraria* e, mais tarde, *Biblioteca da Universidade*.

Não era obrigatório fazê-lo. Desconhecemos a data exata da sua fundação, se é que se pode falar propriamente de uma “fundação”. Sabemos que a Universidade foi globalmente criada em 1290 (há 728 anos) e o mais provável é que nunca tenha existido Universidade sem livros e sem instalações para os acolher.

O fundamento para esta celebração é, portanto, bastante fortuito: relaciona-se, em concreto, com a existência de uma *ata* de 1513 (estando a Universidade em Lisboa), que assinala a necessidade de proceder a reparações numa casa onde se guardavam livros. Nessa altura, refere-se a existência de infiltrações de água, a que era urgente acudir. Não conhecemos pormenores: localização exata do edifício ou extensão e natureza do acervo que albergava. Sabemos apenas que, pelo menos desde há cinco séculos atrás, existia um lugar para os livros da Universidade e que a sua segurança inspirava cuidados³.

3 A citada *Ata* é reproduzida, transcrita e comentada em Maia Amaral (pp. 13-18).

Em face de tantas incógnitas, a celebração estava, por isso, longe de ser obrigatória. Ainda assim, decidimos levá-la por diante, promovendo manifestações de vários tipos: exposições, espetáculos de música e de teatro, palestras. Quisemos, porém, que o ponto alto fosse um Congresso Internacional, centrado nas missões que a Biblioteca é chamada a desempenhar na Universidade do nosso tempo⁴. Já então nos parecia que se vinham instalando algumas dúvidas sobre o préstimo real das bibliotecas em contexto de mudanças fortes e aceleradas.

Em 2017, resolvemos também comemorar o início da construção da Biblioteca Joanina. Temos mais certezas, desta vez: sabemos que o edifício começou a ser construído em 17 de julho de 1717, envolvendo a colocação solene de uma primeira pedra, e que estava concluído 11 anos depois. Poderíamos ter esperado por 2028 para assinalar o termo da construção. Mas entendemos que era importante chamar a atenção para a data do início das obras.

Afinal, existe uma carta dirigida ao Rei no ano anterior, dando conta da conveniência em construir uma casa para aquele fim específico. Depois de lembrar que a falta de uma biblioteca contrariava o que se encontrava disposto nos Estatutos da Universidade, o Reitor invoca a situação de inferioridade em que Coimbra se encontrava relativamente a outras universidades europeias e a estranheza que isso causava em quem visitava a universidade portuguesa. Era por isso muito necessário corrigir

“... a injúria que padecia entre os Estrangeiros e Nacionais que a hiam ver [à Universidade] por lhes não mostrarem a Livraria por que logo perguntavão como parte principal que nella devia de haver.”

4 O referido Congresso contou com testemunhos muito variados, provenientes de Portugal e do estrangeiro e ainda com intervenções de fundo, a cargo de especialistas autorizados. O evento decorreu no Auditório da Reitoria da Universidade e veio a dar origem a um livro, em formato impresso e eletrónico.

A rapidez com que o processo teve início, envolvendo a autorização do monarca e todos os trabalhos preparatórios da construção, prova que se tratava de uma aspiração mobilizadora. Impressiona, desde logo, o vultuoso investimento da Universidade na sua Casa da Livraria⁵. Bem pode dizer-se que, no seu aparato artístico, na sua dimensão, na enorme carga simbólica de que é provida e também na sua invulgar funcionalidade, a Biblioteca Joanina constitui uma resposta cabal e compensatória à carta que o Reitor Nuno da Silva Teles enviou a D. João V, em 8 de junho de 1716, lembrando a necessidade de prover a Universidade da sua “parte principal”.

Bem sabemos que as comemorações nunca são inocentes. No plano institucional e também na nossa vida privada lembramos alguns acontecimentos e esquecemos outros, num processo seletivo que pode radicar em sentimentos de vários tipos. Cumpre pois perguntar: por que motivos se há de hoje chamar a atenção para as bibliotecas universitárias?

As bibliotecas são discretas por natureza e não suportam bem a presença demorada de holofotes. Dessa descrição, contudo, sempre resultou uma consequência desagradável e injusta: nota-se quando funcionam mal mas raramente são notícia quando cumprem a sua missão. Algumas existem há séculos. Isso não significa, porém, que existam desde sempre e para sempre. Foram criadas, mantidas e desenvolvidas em função de atos de vontade e o seu futuro continuará sempre dependente de outros atos de vontade. Ao contrário do que pode parecer a alguns, portanto, as bibliotecas não têm vida própria: exigem atenção diligente e não subsistem muito tempo sem ela.

5 - De acordo com Ramos Bandeira (*O Instituto*, vol. 92º, 2ª parte, p. 628, nota 3, reportando-se aí ao Anuário da Universidade de 1877-78) e a Florêncio Mago Barreto Feyo, o custo global da construção da Biblioteca foi de, aproximadamente, 67 contos de réis. Do outro lado, devem considerar-se as receitas anuais globais onde o montante de 20 contos de réis aparece como a melhor estimativa dos rendimentos globais anuais da Universidade. E falo sempre de estimativa, dada a mudança de regime de arrecadação que se processou em 1720, em plena campanha de obras da biblioteca (Fernando Taveira da Fonseca, pp. 580-583).

No contexto da vida universitária atual, celebrar as bibliotecas não significa apenas chamar a atenção para um lugar especial, onde se lê e investiga. Nas atuais circunstâncias, a celebração de uma efeméride deste tipo equivale a sublinhar a importância do Livro, do Estudo e da Razão num contexto em que a sua valia deixou de ser consensualmente reconhecida. Sabemos, de facto, que não são esses os ídolos do nosso tempo; sabemos inclusivamente que a Universidade não tem conseguido manter-se imune ao culto que se vem prestando a outros deuses. Nessa medida, em ambiente universitário, falar hoje da importância das casas de livros representa, de alguma forma, uma *atitude de resistência*.

São de vários tipos as adversidades a que importa resistir.

Tal como sucede com outros lugares ligados à instituição educativa no seu todo, também a biblioteca se encontra afetada pela ideia de uma transformação radical. Com efeito, quando se fala de práticas pedagógicas ou de saberes, é costume juntar a palavra *novo*. Quem o não faz corre o risco de passar por conservador ou anacrónico. O caso das bibliotecas não foge a essa regra. O próprio facto de existirem há muitos séculos facilita de algum modo a sua desqualificação. A tendência não é propriamente recente mas acentuou-se nos últimos anos: deprecia-se o que existe há muito tempo, no pressuposto implícito de que uma existência longa anuncia uma extinção próxima.

A segunda componente adversa relaciona-se com os cuidados que requerem as bibliotecas dos nossos dias. Tal como sucedia em 1513, quando a humidade impunha a construção de um cano de escoamento, continua a ser essencial zelar pelas infraestruturas. Hoje como ontem, é importante assegurar boas condições de climatização, em geral.

Mas as preocupações de quem trabalha nas bibliotecas já não se limita a esses aspetos. Por força das circunstâncias, é hoje necessário assegurar investimentos contínuos e relativamente vultuosos, quer no que diz respeito à aquisição de documentos e à sua

disponibilização “em linha”, quer no que respeita à formação contínua de funcionários ou à atualização de equipamentos. Ora, sabendo que os investimentos públicos se encontram hoje dependentes de um retorno de visibilidade e aceitação imediatos, podemos de algum modo compreender a dificuldade sentida pelos decisores em afetar recursos humanos ou económicos a uma qualquer biblioteca em vez de os aplicar em áreas de impacto mais rápido, seguro e popular.

De forma mais ou menos assumida, instalou-se a ideia de que as bibliotecas são coisa do passado. Seriam necessárias noutros tempos mas foram deixando de o ser. Em geral, são objeto de respeito mas não justificam esforços especiais no plano do investimento e da renovação. Junto com esta ideia vem uma outra, que envolve o livro, em geral: a de que as bibliotecas antigas são inúteis, como dispensáveis se tornaram (ou hão de tornar) os livros em papel.

Quem dirige uma biblioteca universitária é muitas vezes confrontado com este tipo de preconceitos, tendo necessidade de os rebater com paciência e fundamento claro.

Há que explicar designadamente que, sendo muito importante, a tecnologia digital não substituiu totalmente a tecnologia analógica em termos de valor, de utilidade e durabilidade. Nessa medida, a digitalização de um documento antigo não anula o esforço de preservação do original, quer porque o suporte digital não diz tudo o que o investigador pode necessitar de saber quer porque a fragilidade da versão digital não pode competir com a robustez do documento autêntico, quer ainda porque, do ponto de vista patrimonial é obrigação das bibliotecas acautelar a guarda dos documentos verdadeiros e originais.

O esforço despendido pelos bibliotecários neste tipo de argumentação tem que ser persistente. Mas deve ser igualmente criativo. Uma das contra-provas que podem aduzir-se para contrariar a ideia de que as bibliotecas pouco ou nada têm que ver com as

necessidades do nosso tempo pode surgir em forma da seguinte hipótese: imaginemos um leitor de há 50 anos que hoje se dirigisse a uma biblioteca moderna. Deixaria ele de poder orientar-se num espaço diferente daquele a que estaria habituado? Teria ele dificuldades de maior para cumprir os procedimentos que hoje se encontram em vigor? Podemos imaginar que ficasse impressionado com algumas transformações, nomeadamente aquelas que são do domínio tecnológico mas continuaria a saber que estava num lugar onde poderia encontrar informação qualificada. Em sentido inverso (e bem menos ficcional), algo de semelhante sucederia com um utente do nosso tempo que necessitasse de trabalhar numa biblioteca que se tivesse mantido intocada desde o início do século passado. Sentiria a falta de alguns meios de pesquisa mas, com maior ou menor dificuldade, conseguiria suprir essas faltas e efetuar as suas pesquisas. Basta considerar este exemplo para se concluir que, tendo mudado e continuando a mudar em alguns aspetos, as bibliotecas não só não desapareceram como, contrariamente ao que se vem proclamando, não passaram por nenhum processo de alteração substantiva.

2. Missões da biblioteca: as antigas e as emergentes

Continuemos no domínio das hipóteses, imaginando agora a possível reação de um universitário de outros tempos que hoje procurasse inteirar-se dos principais problemas enfrentados pelas bibliotecas.

Não se surpreenderia decerto ao ser informado da permanência de missões antigas: a preservação e a divulgação de acervos. Surpreender-se-ia talvez mais se lhe fosse dito que essas missões não se afirmam em si mesmas e que os bibliotecários encontram cada vez mais dificuldades para fazer valer a sua importância junto de quem distribui orçamentos e junto da sociedade em geral.

Estou certo, porém, que a surpresa maior adviria da indicação de alguns desafios recentes, uma vez que eles superam a vocação convencional das bibliotecas.

Um dos que lhe seriam reportados por qualquer responsável é, sem dúvida, a colaboração que a biblioteca é hoje chamada a prestar na defesa da ética universitária. Refiro-me nomeadamente à colaboração ativa e empenhada que hoje se espera das bibliotecas enquanto lugares propiciadores do trabalho perseverante, que se situa para além da sala de aula. Ontem como hoje, esse trabalho requer atributos raros e preciosos: **silêncio, concentração, esperança** no valor do conhecimento.

O universitário de outros tempos poderia estranhar, de facto. Não se inscreveu sempre essa ética na missão da própria Universidade? Pode a Universidade sobreviver sem o seu respaldo? Seria necessário explicar-lhe então que esse ideal permanece válido no plano teórico. As práticas, porém, apontam num outro sentido, aparentemente contraditório.

Um dos exemplos de contradição que poderiam ser referidos relaciona-se com a famosa Declaração de Bolonha, a partir da qual se transformou, de forma concertada, a oferta formativa na generalidade das universidades europeias. É verdade que o citado documento (subscrito pelos Ministros responsáveis pelo Ensino Superior da União Europeia, em 19 de junho de 1999) reconhece a necessidade de reforçar a ideia de *aprendizagem*, no que ela comporta de construção do saber por parte do estudante. E é também verdade que essa tónica aponta direta ou indiretamente para a necessidade de valorizar o papel das bibliotecas enquanto lugares adequados para o processo de autonomia que tanto se enaltece nesse texto. Passadas duas décadas sobre a assinatura desse documento e consumadas as alterações legais que daí resultam, a realidade pode parecer desconcertante. Nas informações a prestar ao colega de outras eras não poderiam omitir-se as tendências que se vêm verificando no Ensino Superior

em ordem a desqualificar o contacto direto com o documento e, o que é mais grave, em ordem a menorizar a importância do espírito crítico que esse contacto pode e deve fomentar.

Em face desta última tendência, a biblioteca, que no século XVI e durante os séculos que se seguiram foi entendida como a “parte principal da Universidade” é hoje sobretudo vista como uma espécie de *contra-espço*. Enquanto até há poucos anos as bibliotecas representavam o lugar onde se intensificava o esforço intelectual, para além das aulas, hoje verifica-se que nela se observam procedimentos e atitudes que são opostos aos que vigoram em qualquer outro lugar frequentado por jovens. Esse ambiente de dispersão e de nomadismo intelectual sucede um pouco por todo o *campus*, sem excluir as salas de aula onde, cada vez mais, predomina o ruído continuado, a desconcentração e a irrequietude que não exclui o contacto com telemóveis e outros equipamentos eletrónicos.

É certo que a possibilidade de recolhimento não é um exclusivo das bibliotecas⁶. O laboratório, por exemplo, é um lugar igualmente adequado para esse fim. Nesse caso, porém, a exigência de recato não se afigura tão drástica. Mais do que na biblioteca, no laboratório existe tempo e necessidade de debater e dialogar em voz alta.

A maior diferença, porém, reside no tipo de utente que ocorre a um e outro espaço. De facto, quando pensamos nos leitores que frequentam as bibliotecas e naqueles que trabalham nos laboratórios, temos de começar por considerar os níveis de impacto que uns e outros podem alcançar.

Assim que um químico ou um farmacêutico descobrem uma nova molécula com aplicação na saúde humana, por exemplo, o mundo é geralmente informado desse avanço. Justifica-se que assim seja, uma vez que o conjunto de beneficiários diretos é vastíssimo. Não é a

6 Tanto mais que, ao longo dos últimos anos, na grande maioria das bibliotecas universitárias vêm surgindo espaços que permitem o trabalho coletivo.

mesma coisa quando se trata de um jurista, de um filósofo ou de um historiador, para falar daqueles que mais frequentam as bibliotecas.

Na maior parte dos casos, a investigação humanística não conduz a resultados de grande impacto. A descoberta de um documento novo ou a simples releitura de um documento antigo podem conduzir à escrita de um artigo de uma dezena de páginas. Esse artigo, porém, chega a poucos especialistas e, em geral, não assegura a fama de quem o escreve.

Por outro lado, a pesquisa que se desenvolve no âmbito das ciências sociais ou das humanidades é lenta e baseia-se no trabalho interpretativo. Por isso, nunca pode considerar-se como estando concluída.

Esta diferença, que se traduz essencialmente no reconhecimento público das áreas de pesquisa faz com que o recolhimento perseverante seja mais necessário a um investigador que trabalhe na área das Humanidades.

Em face das mudanças que vêm ocorrendo na Universidade, das transformações tecnológicas que se vêm operando num ritmo e numa intensidade que não tem comparação com nenhuma outras ocorridas no passado e também face à manifesta evolução que se vem verificando nas chamadas “culturas juvenis”, impõe-se que a biblioteca se pense a si própria, a partir da sua história e das missões que é chamada a desempenhar.

2.1. A primeira questão relaciona-se justamente com a aparente separação das especialidades do saber. Perguntemos diretamente: o biólogo e o químico, o engenheiro e o informático necessitam de uma biblioteca? Num primeiro momento, pode achar-se que não precisam de recorrer a esse lugar. Dir-se-ia que apenas têm necessidade de ter acesso à informação e ao conhecimento que são produzidos nas suas áreas. E, como bem sabemos, as revistas especializadas onde se publicam os *papers* encontram-se quase sempre disponíveis “em linha”.

A este propósito, pode mesmo assinalar-se uma nova situação. Consideremos, por exemplo, um investigador de domínios experimentais, com menos de 30 anos. Se a sua relação com os saberes humanísticos se restringir ao currículo do Ensino Secundário, o mais natural é que não tenha retido um estímulo forte para continuar a ler e a interessar-se por matérias literárias, filosóficas ou historiográficas. Qual será a sensação experimentada por esse jovem universitário quando deixa por momentos o seu laboratório e entra ocasionalmente numa biblioteca antiga (constituída antes do século XIX), onde encontra livros volumosos, que condensam o saber e a sensibilidade humana sob a forma de romances, ensaios ou compêndios? A sua tendência para pensar que se encontra num espaço museográfico tem que ser encarada como natural. Quem senão os apreciadores de objetos antigos se interessa hoje por estes volumes, provavelmente “superados” por muitos outros que entretanto vieram a público?

2.2 Com o propósito de suscitar algumas das questões que mais vezes ocorrem ao espírito de quem se ocupa de bibliotecas universitárias, referirei agora a divisão que se vem fazendo, de forma mais ou menos vincada, entre bibliotecas **históricas** e bibliotecas **modernas**.

Em princípio, as primeiras destinam-se-iam apenas à *alta investigação documental*. São procuradas por poucos investigadores, embora se trate de pessoas absolutamente essenciais à preservação e ao conhecimento do património.

Por sua vez, as chamadas *bibliotecas modernas* são arquivos documentais menos estáveis, sustentados por servidores ativos à escala mundial. Nestas últimas, o investigador pode encontrar o que foi tornado público no dia anterior, muitas vezes em regime de acesso aberto e livre. Tudo se encontra à distância de um *download*.

Não sendo propriamente nova (as bibliotecas vêm-se modernizando desde há muitas décadas) esta divisão vem-se acentuando nos últimos vinte anos, por força do enorme impacto da revolução digital.

De acordo com esta lógica, existe um modelo novo de biblioteca, que superou definitiva e totalmente o modelo anterior.

A questão que daqui resulta pode formular-se da seguinte forma: existe uma biblioteca **velha**, de base analógica, e uma outra, que deve chamar-se **nova**, apenas porque se funda na tecnologia digital?

2.3. Permito-me, por fim, suscitar um terceiro problema. Trata-se, desta vez, da necessidade de estabelecer uma hierarquia dos problemas que afetam as bibliotecas universitárias. Todos sabemos que esses problemas são muitos e de natureza muito variada. Essa circunstância, porém, obriga as bibliotecas a enfrentar um dos seus maiores desafios: estabelecer prioridades ou, pelo menos, definir modelos articulados de atuação.

A este propósito, peço licença para evocar uma circunstância recente em que estive pessoalmente envolvido. Há cerca de um ano, em Coimbra, por iniciativa do Ministério da Ciência e do Ensino Superior, ocorreu uma reunião das bibliotecas que servem as diferentes instituições de ensino superior do país, envolvendo universidades e institutos politécnicos⁷.

Como é natural, as instituições representadas na reunião enfrentam problemas muito diferentes, consoante os públicos que servem, as áreas que compõem a oferta formativa em vigor ou as dinâmicas de investigação instaladas.

O propósito era claro e foi claramente exposto pela representante do Governo, a Senhora Secretária de Estado do Ensino Superior: analisar formas de cooperação entre bibliotecas que quase nunca comunicam entre si. Porém, quando chegou a vez de os presentes se

⁷ A reunião teve lugar a 9 de maio de 2017, e decorreu sob coordenação da Senhora Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES). Nela estiveram presentes representantes do CRUP, CCISP e de muitos bibliotecários de várias instituições de ensino superior. Desse encontro saiu a decisão de criar um Grupo de Trabalho destinado a apresentar uma proposta para a criação e operacionalização da Rede das Bibliotecas do Ensino Superior.

manifestarem, as intervenções tomaram outro rumo. O facto de os bibliotecários terem à sua frente alguém que representava o Poder constituía uma oportunidade única para exprimir os seus lamentos: denunciou-se a falta de apoio logístico, financeiro e humano, a falta de compreensão por parte do governo das instituições, com destaque para o que se considerou ser a falta de investimento generalizado que se vem fazendo sentir na última década. Recordo sobretudo o facto de se ter dito que, por todo o país, existem cada vez mais bibliotecas universitárias sem a supervisão de pelo menos um bibliotecário devidamente qualificado. Não porque surjam bibliotecas novas mas porque quando os bibliotecários se aposentam ou são transferidos não se opera a sua substituição no mesmo patamar de habilitação.

O coro de lamentos não deixava margem para dúvidas: depois de, até há poucas décadas, terem sido consideradas o *coração da universidade*, há hoje cada vez mais pessoas que, de forma direta ou indireta, tendem para pensar que as bibliotecas entraram na categoria dos equipamentos exornativos ou pelo menos não essenciais. É isso que explica entre outras coisas a não substituição dos bibliotecários que por qualquer motivo vão abandonando as suas funções.

Mas era realmente imperativo superar a fase das lamentações e identificar possibilidades de colaboração. Após alguma hesitação, surgiu o projeto de criar uma rede de bibliotecas do ensino superior, repetindo experiências que se verificam já em muitos países europeus. A meta de um catálogo coletivo começou então a impor-se como forma primeira de promover a complementaridade de recursos de modo a que as diferentes comunidades académicas pudessem beneficiar de acervos aos quais geralmente não acedem⁸.

8 Os exemplos de redes de bibliotecas universitárias abundam por toda a Europa, constituindo um fenómeno datável do início do século XXI, sob o estímulo direto da tecnologia digital. Em Espanha, por exemplo, a primeira rede foi formalmente constituída (com a designação de REBIUN) em 1988, tendo entrado em funcionamento em 1993. Para mais informações sobre a génese e a evolução deste fenómeno, veja-se o capítulo I do excelente manual coordenado por Luisa Orera Orera, em especial as pp. 33-41.

Surge assim a terceira pergunta: porque surgiu naquele encontro esta forma de colaboração e não outra?

Estão enfim colocadas as três questões que elegi para base da minha reflexão. É agora tempo de tentar responder. Fá-lo-ei pela mesma ordem. De forma breve, como tem que ser, sem prejuízo de, numa outra oportunidade, vir a tratar a questão de forma mais desenvolvida.

3. Bibliotecas *gerais* ou *especializadas*?

3.1. A primeira questão relaciona-se com a existência de bibliotecas para investigadores de dois tipos: os que trabalham na área das ditas ciências exatas e os que desenvolvem trabalho no campo das ciências sociais e humanas.

Tem de reconhecer-se como natural a tentação de separar as bibliotecas em função dos conteúdos que nelas prevalecem. Trata-se, desde logo, de uma solução cómoda, económica e funcional.

É necessário porém, evitar que essa separação se torne demasiado rígida. Esta reserva resulta, em primeiro lugar, de uma opção de fundo: a de quem entende a Universidade como lugar de abrangência, onde se verifica uma *associação* e não uma simples *soma* de saberes. Em função deste pressuposto, as bibliotecas deveriam ser, ao mesmo tempo, especializadas e gerais.

Explico melhor: o ideal seria que, num só edifício (ou, pelo menos, através de um acesso comum), o leitor pudesse encontrar o que necessita de forma previsível mas também aquilo de que pode vir a necessitar de forma imprevista: a revista ou o livro que não lhe tinham indicado e pelo qual passou a interessar-se, quer porque ele pode vir a ter impacto no seu estudo, alargando o seu âmbito de interesse, quer porque simplesmente esses documentos encontrados (mas não inicialmente procurados) o tocam na sua curiosidade.

Sim. Devemos ver no estudante ou no professor não um investigador estritamente focado na sua área mas também uma *pessoa curiosa*. De acordo com esta conceção de Universidade, torna-se necessário que nela existam espaços letivos onde se tratem as matérias respeitantes aos diferentes cursos. Mas é igualmente recomendável que existam atividades e lugares destinados a alargar horizontes, para além de um determinado domínio de especialização.

Esses espaços devem ter uma natureza convivial, no sentido nobre do termo. Podem e devem ser bibliotecas, que não tenham apenas os artigos e os livros recomendados nas aulas, permitindo o contacto com outros domínios do saber, que enquadram e expandem os seus interesses pré-determinados.

As universidades nasceram há oito séculos como lugares de associação, *encontro*, *permuta* e *interpenetração de saberes*. De certo modo, a sua excecional longevidade é vista como um mistério. Por que duraram e continuam a durar as universidades? Por que foram tão facilmente exportadas da Europa para todas as regiões do mundo, com naturais diferenças de funcionamento mas seguindo uma base organizativa reconhecível em qualquer lugar? De entre as razões que têm sido apontadas para explicar este fenómeno incomum, sobressai justamente a circunstância de terem sabido alimantar, desde sempre, esta vocação de abertura e universalização, que responde à pulsão de curiosidade que é própria do ser humano.

Este ideal deve repercutir-se, desde logo, na oferta formativa, que devendo ser *especializada* tem que resistir à tentação de transformar-se em *hiperespecializada*. Em algum lugar da Universidade deve conservar-se um espaço para a autoformação. Todos os estudos o dizem e toda a gente o sabe: a autoformação resulta do interesse genuíno e, por isso, tem efeitos particularmente duradouros na vida das pessoas.

Ora, mais do que qualquer outro espaço académico, as bibliotecas gerais são excelentes lugares de autoformação. Bastaria isso para

justificar a atenção e o apoio de que continuam a beneficiar nas grandes universidades do mundo.

3.2. A segunda questão relaciona-se com a divisão entre bibliotecas *analógicas* e *digitais*. Até que ponto se justifica aceitar esta divisão?

Não há nenhuma dúvida sobre o assunto. A chamada *revolução digital* é particularmente benéfica para as bibliotecas a muitos títulos porque lhes permite cumprir muito melhor o seu papel de sempre: preservar e disponibilizar informação.

A esse nível, os benefícios fazem-se sentir, desde logo, nos documentos que são originariamente produzidos em ambiente digital. Por isso, existem hoje bibliotecas quase exclusivamente digitais. É normal e desejável que assim seja.

Mas isso não significa que todas devam seguir esse modelo. Basta lembrar, desde logo, que as chamadas *bibliotecas analógicas* beneficiam igualmente dessas transformações. A possibilidade de oferecerem os seus documentos em formato digital leva-as mais longe no cumprimento da sua função de base. Os autógrafos originais de Almeida Garrett encontram-se no cofre da Biblioteca da Universidade de Coimbra. Mas quem quiser saber como são e o que dizem não necessita de sair de sua casa. Basta digitar o endereço do nosso repositório de livro antigo. O investigador pode contentar-se ou não com a informação obtida por esta via. Se precisar de tocar os originais (e algumas vezes isso é realmente necessário) basta deslocar-se a Coimbra e recorrer às indispensáveis luvas brancas antes de manusear o documento. Os referidos manuscritos estão simultaneamente disponíveis em linha e sob formato material. Haverá utentes que se contentam com o primeiro tipo de acesso e outros para os quais ele se revela insuficiente.

Ao contrário do que uma análise apressada pode fazer crer, a ideia chave não é, portanto, a de uma *separação* entre bibliotecas

velhas e novas. A designação certa pode ser **complementaridade flexível**, que tenha em conta, ao mesmo tempo, a natureza dos documentos e as características do público que os procura. Não se justifica, de nenhum modo, a desconfiança e o desdém sobranceiro que alguns mantêm em relação às fantásticas e até há pouco tempo inimaginadas possibilidades da tecnologia digital; mas tão-pouco pode admitir-se o solucionismo exclusivista daqueles que acreditam que as transformações tecnológicas mais recentes permitem encarar o suporte material e os procedimentos de contacto que ele requer como algo de obsoleto e definitivamente ultrapassado⁹. Dir-se-ia que, a este propósito, a biblioteca mais útil não é necessariamente aquela que prescinde dos procedimentos convencionais adotando estratégias massivas de conversão digital. Não é por acaso, de resto, que superada a fase de um entusiasmo menos ponderado, o conceito de *biblioteca híbrida* se foi impondo, evocando, na sua própria designação, a necessidade de colocar acima de tudo o objetivo de servir o maior número de utentes¹⁰.

3.3. Reporto-me agora, por fim, ao modo de colaboração que as bibliotecas universitárias de Portugal encontraram para se articularem melhor, entre si, na sequência do encontro de Coimbra.

Em princípio, nada pode opor-se ao projeto da constituição de um catálogo comum. Espera-se, aliás, que esse passo seja rápida e eficazmente concretizado¹¹. Mas é muito necessário que se vá mais

9 Uso aqui a expressão “solucionismo tecnológico” no mesmo sentido em que a utiliza o filósofo bielorrusso Evgeny Morozov, quando identifica na revolução digital em curso uma componente exagerada de triunfalismo utópico, que secundariza os problemas e as necessidades reais da espécie humana.

10 Sobre o conceito de *biblioteca híbrida*, veja-se ainda o estudo já citado de Luisa Orera Orera (em particular as pp. 31-38).

11 O encontro de maio teve depois continuidade. A 19 de outubro de 2017, no Teatro Thalia, em Lisboa, foi apresentada a primeira versão da Proposta que visa a criação da Rede das Bibliotecas do Ensino Superior. Mais recentemente, a 2 de março de 2018 o documento, foi enviado aos Reitores das Universidades e Presidentes dos Politécnicos. Agradeço estas informações pormenorizadas à Dr^a Ana Migueis,

longe nesse processo de cooperação. É possível e desejável, desde logo, articular os processos e os critérios de digitalização, definindo prioridades, evitando sobreposições e acertando métodos de preservação e catalogação. Ao mesmo tempo, porém, é imperativo definir uma estratégia destinada a empreender um movimento de restauro e consolidação de material analógico (manuscrito ou impresso) que reclama atenção urgente por todo o território nacional¹².

Penso ainda, por fim, na necessidade de as bibliotecas universitárias virem a adotar, no seu conjunto, uma atitude comum relativamente à forma como o utente de hoje deve relacionar-se com o livro, reforçando através da revisão de regulamentos, parâmetros tão simples como o respeito pelos prazos na devolução dos materiais requisitados¹³.

Os desafios ambiciosos, porém, não param por aqui. Não devemos ter receio de ir mais longe e, sobretudo, de ir mais fundo. Como cultivar nos estudantes e nos professores a ética da pesquisa perseverante e honesta, que se contrapõe à busca apressada e fragmentária de informação não validada? Como se pode transmitir a ideia de que as bibliotecas são lugares necessários à formação humana e intelectual dos membros das comunidades docente e estudantil?

coordenadora técnica do Serviço Integrado das Bibliotecas da Universidade de Coimbra e membro do referido Grupo de Trabalho desde o seu início.

- 12 De entre os muitos exemplos que poderia aduzir para ilustrar a urgência de preservação de documentos patrimonialmente importantes, destaco o acervo musical de Santa Cruz que se encontra à guarda da Biblioteca da Universidade de Coimbra. Embora nos últimos tempos se tenham desenvolvido esforços no sentido de acautelar o seu acondicionamento, não tem sido possível sensibilizar os poderes públicos para aquilo que é necessário fazer para que não se perca aquele que, no entendimento dos especialistas constitui um dos mais importantes patrimónios da música renascentista e barroca composta no espaço peninsular: consolidar e restaurar os materiais, numa primeira fase; proceder à sua digitalização numa segunda etapa.
- 13 A este propósito, não posso deixar de referir o facto de na maior parte das bibliotecas do ensino superior português as penalizações para este tipo de incumprimento serem ou inexistentes ou inaceitavelmente brandas, sinalizando indiretamente um despreço pelo livro e por aquilo que ele representa, tanto do ponto de vista instrumental como do ponto de vista simbólico.

Como combater o facto de, num número crescente de situações, os estudantes poderem concluir uma cadeira (ou mesmo um curso) ouvindo as aulas e lendo um (e só um) livro?

Nada disto se discutiu no encontro daquela tarde. Tratava-se, é certo, de um encontro de bibliotecários e é bem certo que estes desafios maiores ultrapassam, em muito, as suas atribuições e a sua margem de intervenção.

É compreensível que se tenha optado pela partilha de recursos, essencialmente orientados para a constituição de um catálogo comum de todas as bibliotecas do ensino superior. Afinal, quando se identificam as grandes mudanças que se vêm verificando nas bibliotecas ao longo das duas últimas décadas apontam-se sobretudo mudanças de carácter tecnológico.

Em Coimbra, temos perfeita noção da importância dessas mudanças. Todos os dias pensamos na melhor forma de recorrer à tecnologia para preservar e disponibilizar informação e todos os dias somos confrontados com propostas de reconversão, que analisamos em função da sua viabilidade, da sua base ética, da sua eficácia e dos seus custos.

Um pouco em reação àqueles que concentram todas as energias e preocupações nessas áreas concretas, tendo a preocupar-me também com um outro tipo de problemas que me atrevo a chamar como “problemas de fundo”¹⁴. Muitos professores o dizem e a realidade comprova-o a cada dia: existe hoje uma percentagem considerável e crescente de estudantes que se confessam incapazes de ler um livro inteiro qualquer que seja o seu formato. Entendem igualmente que não é necessário indexar a nenhum autor a informação que se recolhe. Basta referi-la, sem menção de origem.

14 A importância que concedo a esta preocupação resulta claramente da conjugação que temporariamente vivo entre a responsabilidade de dirigir uma biblioteca universitária e a minha condição de professor e investigador.

Num outro plano, não falta quem pense que a digitalização e a tecnologia resolvem todos os problemas de preservação e disponibilização de documentos. A ponto de se ter tornado muito mais fácil conseguir verbas (junto de organismos públicos e privados) para esses fins do que, por exemplo, para recuperar um documento em estado avançado de degradação material.

Ninguém pode negar que as bibliotecas enfrentam o desafio de se modernizarem a cada dia. Mas esse é um desafio interno, que não pode consumir todas as suas energias. Face ao atual contexto, é igualmente necessário proclamar e fazer valer, em novos termos, a sua missão na Universidade dos nossos dias. Essa missão é hoje como sempre foi, de natureza funcional; mas é também, e cada vez mais, de natureza ética.

Em face destas missões, que são também as missões da Universidade, os bibliotecários sentem-se ansiosos, inseguros e pouco apoiados. Não é fácil encontrar ânimo para cumprir missões tão exigentes e tão pouco reconhecidas. E, sobretudo, não é fácil encontrar força anímica para lidar com os sinais que abundam no ambiente académico, apontando no sentido da desqualificação do documento original, genuíno e imputável a um autor. Os bibliotecários deploram essa circunstância, têm muita dificuldade em aceitá-la e, sobretudo, sofrem por não poderem contrariá-la.

Nestas circunstâncias difíceis, essencialmente marcadas pela ilusão de que se vive um tempo novo que dispensa a pesquisa, a comparação, o sentido crítico, a dedução racional e a criatividade fundamentada, é sobretudo necessário que as bibliotecas não percam de vista a sua história e a sua identidade. Para além de todas as mudanças que viveram e vão continuar a viver, acredito que as bibliotecas continuam a ser chamadas a fazer o que sempre fizeram: preservar e divulgar o conhecimento humano.

Quando somos confrontados com adversidades ou desafios de grande dimensão, torna-se ainda mais útil *comparar*. Neste caso, é de

algum modo consolador, verificar que existem ainda exemplos que podem servir de modelo ou de inspiração. De facto, o panorama mais sombrio a que me tenho vindo a referir está longe de ser generalizado. Varia de universidade para universidade, no território nacional. E, sobretudo, não se encontra (pelo menos no mesmo plano de gravidade) nas melhores universidades do mundo. O que encontramos em Oxford, em Bamberg ou em Harvard¹⁵, por exemplo, é uma tomada de consciência destes mesmos “desafios profundos”, que levaram a uma prática programada de sensibilização para a necessidade de encontrar equilíbrios. É necessário conjugar as imensas possibilidades que a tecnologia proporciona com a indispensabilidade de ler, estudar e pensar de forma sistemática, como sempre fizeram os melhores mestres e estudantes. E para reincidir nessas práticas, ainda não se encontrou melhor espaço do que as bibliotecas.

Por todos esses motivos, peço que compreendam que, hoje e aqui, tenho um particular orgulho em dizer-vos o seguinte: quando em Coimbra e noutros lugares se aproveitam efemérides para celebrar as bibliotecas não é a evocação do passado que interessa em primeiro lugar. O que conta sobretudo é o presente que estamos a viver e o futuro que não desistimos de preparar.

Referências Bibliográficas

- AMARAL, António Eugénio Maia (coordenador). *Os livros em sua ordem: Para a história da Biblioteca Geral da Universidade (antes de 1513-2013)*. Coimbra : Imprensa da Universidade, 2014.
- BANDEIRA, Ramos José. Universidade de Coimbra (Paços das Escolas e Casa dos Mellos). *O Instituto : jornal científico e litterario*. Coimbra: Imprensa da Universidade. 92 (1937-1942) 457-700.

15 Cito três exemplos particularmente apreciados por todos quantos seguem a realidade das bibliotecas universitárias do espaço ocidental.

- BERNARDES, José Augusto Cardoso; MIGUEIS, Ana; FERREIRA, Carla (coordenadores). *A Biblioteca da Universidade : Permanência e metamorfoses*. Coimbra : Imprensa da Universidade, 2014.
- FEYO, Florêncio Mago Barreto. *A Biblioteca da Universidade*. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1857.
- FONSECA, Fernando Taveira da. *A Universidade de Coimbra (1700-1771) : estudo social e económico*. Coimbra : Por Ordem da Universidade, 1995. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1992.
- MOROZOV, Evgeny. *La locura del solucionismo tecnológico*. Buenos Aires : Katz Editores, 2012.
- ORERA ORERA, Luisa. *La biblioteca universitaria*. Madrid : Editorial Síntesis, 2009.
- PIMENTEL, António Filipe. A biblioteca da Universidade e os seus espaços. In AMARAL, A. E. (coordenador). *Tesouros da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. Coimbra : Imprensa da Universidade, 2009. p. 10-21.